

PE  
010/2024

## Solução de Intermediação de Pagamento

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

outubro/24



DOCUMENTO ASSINADO POR ROBERTA CRISTINA SÁ MARTINS EM 04/10/2024 ÀS 10:44:26 DO HORÁRIO DE BRASÍLIA.  
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA, PARA VALIDAR ACESSE <http://sistemacrarj.com.br/assinaturas/validarAssinatura/BlK282614> OU UTILIZE O QR CODE.



## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO CRA-RJ Nº 010/2024	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	2024400499
OBJETO	Contratação de empresa especializada em solução de intermediação de pagamento por meio eletrônico, que realize captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação de transações financeiras realizadas por meio de cartões de crédito, via web (e-commerce), de forma a disponibilizar aos profissionais e empresas registradas no Conselho Regional de Administração (CRA-RJ), alternativas de pagamento à vista ou em parcelas, das anuidades, multas, taxas e demais emolumentos, com a imediata regularização da sua situação no CRA-RJ.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 432.810,00
FUNDAMENTO LEGAL	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço Global (Maior Desconto)
MODO DE DISPUTA	Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS	Não
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	21 de outubro de 2024 10h00min (horário de Brasília)
LOCAL	Portal de Compras do Governo Federal <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>
CONTATO	CRA-RJ (UASG: 389151) <a href="mailto:licitacao@cra-rj.org.br">licitacao@cra-rj.org.br</a> (21) 3872-9643 – Adm. Roberta Martins





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### SUMÁRIO

#### PRINCIPAIS INFORMAÇÕES

1

#### EDITAL

4

1.	DA SESSAO PÚBLICA	4
2.	DO OBJETO	4
3.	DO CREDENCIAMENTO	4
4.	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSAO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP	5
5.	DA PROPOSTA ELETRONICA DE PREÇO	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO E DAS PROPOSTAS	7
7.	DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE	7
8.	DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	10
9.	DA HABILITAÇÃO	12
10.	DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO	16
11.	DOS RECURSOS	17
12.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17
13.	DO PAGAMENTO	18
14.	DA GARANTIA	18
15.	DA ADJUDUCAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	18
16.	DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO	18
17.	DA CONTRATAÇÃO	18
18.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
19.	DA PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES	20
20.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE	20
21.	DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	20
22.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

#### ANEXOS

23.	TERMO DE REFERÊNCIA.	23
24.	1º Apêndice do Anexo I – Modelo de Relatórios	39
25.	2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar	42
26.	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	43
27.	MODELO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	45





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024400499

Torna-se público que o CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO – CRA-RJ (UASG: 389151), por intermédio da agente de contratação, realizará Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

#### I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 1.1.** A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.
- 1.2.** No dia 21/10/2024, às 10h, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal - sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 1.3.** Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

#### II - DO OBJETO

- 2.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa especializada em solução de intermediação de pagamento por meio eletrônico, que realize captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação de transações financeiras realizadas por meio de cartões de crédito, via web (e-commerce), de forma a disponibilizar aos profissionais e empresas registradas no Conselho Regional de Administração (CRA-RJ), alternativas de pagamento à vista ou em parcelas, das anuidades, multas, taxas e demais emolumentos, com a imediata regularização da sua situação no CRA-RJ, conforme especificações, condições, quantidades e estimativas estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência deste edital.
- 2.2.** A licitação será realizada em grupo único, formado por 3 (três) itens, conforme tabela constante do item 1.3 do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 2.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço global (maior desconto), observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.
- 2.4.** A discriminação do objeto e as quantidades contam do Anexo I – Termo de Referência.
- 2.5.** **Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no COMPRAS.GOV.BR e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.**

#### III – DO CREDENCIAMENTO

- 3.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), observando o disposto no manual técnico operacional divulgado pela SEGES/ME.
  - 3.1.1.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, ou quem o represente, credenciar-se previamente junto ao SICAF, no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), nos termos do inc. I do art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022.
- 3.2.** O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.3.** A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº 4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, nos termos do art. 13, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**3.3.1.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

**3.4.** A participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país seguirá o disposto nos arts. 20- A e 20-B, da Instrução Normativa SLTI/MPOG 03, de 26 de abril de 2018, para fins de cadastramento no SICAF.

### VI - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

#### 4.1. Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:

**4.1.1.** Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

**4.1.2.** Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pelo Ministério da Economia, por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**4.1.3.** Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do art. 13, III, da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022.

**4.1.4.** Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

**4.1.5.** Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

**4.1.6.** Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

**4.1.6.1.** A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que não detém, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

**4.1.7.** A falsidade nas declarações de que tratam os itens 5.1.4 e 5.1.6.1, ou qualquer outra firmada durante o certame, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

#### 4.2. Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

**4.2.1.** Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;

**4.2.2.** Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o CRA-RJ;

**4.2.2.1.** A suspensão prevista no item acima, aplica-se apenas no âmbito do CRA-RJ;

**4.2.3.** Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021;

**4.2.4.** Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.2.4.1.** Para aplicação do item anterior, será realizada a Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, momento em que o pregoeiro diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 29 da Instrução Normativa SLTI/MPOG 03, de 26 de abril de 2018.







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**4.2.5.** Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.2.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.2.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.2.8.** OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário);

**4.2.8.1.** Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar deste pregão eletrônico desde que sejam observadas as exigências contidas no art. 16 da Lei 14.133/2021;

**4.2.9.** Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência;

**4.2.10.** Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação;

**4.2.11.** Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**4.2.11.1.** A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida;

**4.2.11.2.** A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no item 4.2.11.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação;

**4.5.11.3.** A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 4.2.11.1 e 4.2.11.2.

### V – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

**5.1.** Após a divulgação deste edital no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto e o valor total do desconto ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

**5.2.** No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

**5.3.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

**5.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.5.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.6.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.8.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**5.9.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.10.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

**5.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.12.** O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**5.13.** Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente quatro casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

**5.14.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.14.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.14.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.15.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**5.16.** O descumprimento das regras supramencionadas pelo CRA-RJ por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**5.17.** Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas, nos termos do §5º do art. 18 da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022.

**5.18.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

**5.19.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.19.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.19.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.19.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº 4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**5.19.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.20.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.21.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.22.** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

### VI – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

**6.1.** O sistema eletrônico dará início, automaticamente, à sessão pública na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

**6.2.** A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**6.3.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada pelo sistema.

### VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

**7.1.** No horário fixado para a abertura da sessão pública, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, o sistema informará às licitantes do recebimento do lance e o valor consignado no registro.

**7.2.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

**7.2.1.** Para fins de precificação, os lances deverão ser feitos mediante a remuneração máxima estimada, conforme tabela do item 1.3 do Termo de Referência.

**7.2.1.1.** A taxa de desconto/Tarifa por transação será obtida por meio do desconto (lance) sobre a remuneração máxima estimada, tendo como referência o valor estimado de arrecadação:

$$\text{Taxa/Tarifa} = (\text{Remuneração} \div \text{Arrecadação}) \times 100$$

**7.2.1.2.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo superior ao máximo previsto para a contratação.

**7.2.2.** A licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 1% entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, nos termos do §2º do art. 21 da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.2.2.1.** Observada a condição do item anterior, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.2.2.2.** O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**7.2.2.3.** Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

**7.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**7.4.** No transcurso da sessão pública, o sistema prestará informação às licitantes, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

**7.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

**7.6.** A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa ABERTO nos termos do art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.6.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).**

**7.7.** Nesse modo de disputa, a etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**7.8.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.9.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**7.10.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio e desde que justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente, nos termos do inciso I, § 2º do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.12.** Do desempate:

**7.12.1.** Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

**a)** classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 7.12.1;

**b)** convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea "a" deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

**c)** não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea "b" deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea "a" deste item, para o exercício do mesmo direito;

**d)** caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;

**e)** não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como das condições indicadas nos itens 5.1.5, 5.1.6 e 5.1.7 deste edital;





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº 4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**7.13.** Não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, situação em que o pregoeiro abrirá nova disputa ou indicará prazo para envio de documentação comprobatória.

**7.14.** Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

**7.15.** Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.16.** Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

### VIII – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**8.1.** Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

**8.2.** O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

**8.3. Havendo negociação ou não, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, para envio da Proposta de Preços contendo todos os itens e quantitativos com seus respectivos valores unitários e totais readequados ao lance vencedor, conforme Anexo II e, se necessário, dos documentos complementares, adequados à negociação.**

**8.3.1.** A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

**a)** por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

**b)** de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

**8.4.** A apresentação das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no mesmo prazo do item 9.3.

**8.4.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.5.** Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

**8.5.1.** Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

**8.6.** O critério de julgamento das propostas será o de menor preço global (maior desconto), desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

**8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**a)** conter vícios insanáveis;

**b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo CRA-RJ;





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo CRA-RJ.

**8.8.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**8.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.8.2.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo CRA-RJ, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.9.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pelo CRA-RJ, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.10.1.** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pelo CRA-RJ como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

**8.10.2.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pelo CRA-RJ como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**8.10.3.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**8.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**8.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.13.** No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**8.13.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**8.14.** Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### IX – DA HABILITAÇÃO

**9.1. Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.**

**9.1.1.** A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a)** por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
- b)** de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

**9.2.** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**9.2.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.2.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.3.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

**9.4.** Os documentos previstos neste Edital, necessários para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação **jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.5.** A documentação de habilitação deverá conter:

#### Habilitação jurídica

- a)** cédula de identidade;
- b)** registro comercial, no caso de empresário individual;
- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- d)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### Regularidade fiscal e trabalhista

- f)** comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h)** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;
- i)** prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

- j) certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;  
k) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

### Qualificação econômico-financeira

l) Comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da futura contratação (Art. 69, § 4º da Lei Federal nº 14.133/21).

m) Certidão negativa de falências e concordatas expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (Art. 69, II da LF 14.133/21).

**m.1)** Caso a certidão acima aponte distribuição de recuperação judicial, deve ser apresentado Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

**m.2)** Os profissionais organizados sob a forma de Cooperativa deverão apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

n) Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório (Art. 69, I da Lei Federal nº 14.133/21).

**n.1)** No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

**n.2)** Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

**n.3)** No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

**n.4)** Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).

**n.5)** Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

o) Índices contábeis (quociente de liquidez geral e quociente de liquidez corrente), cujos resultados deverão ser **IGUAIS ou SUPERIORES** a 01 (Art. 69, §5.º da Lei Federal nº 14.133/2021), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ao Balanço Patrimonial:

**o.1) Quociente de Liquidez Geral (QLG)**, assim composto:

$$QLG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

**Onde:**

AC é o ativo circulante;  
RLP é o realizável em longo prazo;  
PC é o passivo circulante;  
ELP é o exigível em longo prazo.







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### o.2) Quociente de Liquidez Corrente (QLC), assim composto:

$$QLC = \frac{AC}{PC}$$

#### Onde:

AC é o ativo circulante;  
PC é o passivo circulante;

**o.3)** Nesse sentido, será exigida declaração assinada por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no edital pelo licitante. (art. 69, §1.º da Lei Federal nº 14.133/21).

### Qualificação técnica

**p)** Apresentação de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em papel timbrado do atestante, constando o cargo e o nome legível do signatário, comprovando que a licitante já prestou serviços de intermediação de pagamento com a utilização de cartões de crédito e de débito, por meio de transações via web.

**p.1)** comprovação de aptidão para a prestação dos serviços devem ser compatíveis com as características, quantidades e prazos do objeto desta licitação.

**p.2)** O atestado a que se refere a aliena anterior deverá ser fornecido pela pessoa jurídica contratante do serviço objeto do atestado, não sendo admitido atestado fornecido por terceiro.

**p.3)** O atestado deverá se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

**p.4)** Não será conhecido e nem considerado válido o atestado ou declaração de capacidade técnica emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela licitante, a empresa controladora da licitante ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou da licitante.

**q)** Comprovação de autorização do Banco Central para a realização de Operações financeiras conforme Resolução CMN Nº 4.970 de 25 de novembro de 2021.

**r)** Comprovação de que é autorizada a operar pelas bandeiras que declara representar.

**s)** Comprovação de Comprovante que atua no mercado igual ou superior há 1 (um) ano no ramo de atividade do objeto licitado.

**9.5.1. As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, poderão substituir os documentos relacionados nas alíneas “a” a “o” do item 9.5, para fins de habilitação da licitante cadastrada naquele sistema.** Essas declarações somente serão válidas nas seguintes condições:

a) se as informações relativas àqueles documentos estiverem disponíveis para consulta na data da sessão de recebimento da proposta e da documentação;

b) se estiverem dentro dos respectivos prazos de validade.

**9.5.2. Os documentos relacionados nas alíneas “p” a “s” do item 9.5, para fins de habilitação técnica da licitante deverão ser apresentadas/enviadas junto com as demais documentações de habilitação em campo próprio no sistema do Portal de Compras do Governo Federal.**

9.5.2.1. As licitantes que, embora cadastradas no SICAF, estejam com situação irregular neste Sistema, a licitante deverá apresentar imediatamente os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

9.5.2.2. Será assegurado à licitante cadastrada e habilitada no SICAF o direito de apresentar, via campo próprio no sistema do Portal de Compras do Governo Federal, a documentação atualizada e regularizada, caso esteja com algum documento vencido no SICAF, observado o prazo estabelecido pelo Pregoeiro, devendo posteriormente providenciar, junto a órgão cadastrador do referido sistema, a regularização de sua situação.

### 9.6. Documentação complementar:

a) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), por meio do link [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);

b) como condição para habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no link <https://certidoes.cgu.gov.br/> em atendimento ao disposto no Acórdão n. 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União;

c) as documentações indicadas nas alíneas "a" e "b" poderão ser substituídas pela Certidão/Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

**10.6.1. Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "c" do item 9.6, serão verificados pelo pregoeiro no curso do certame, mediante a consulta aos links mencionados, para identificação de possível existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.**

### 9.7. Declarações exigidas:

a) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021;

b) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;

c) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;

**9.7.1.** A documentação elencada no item 9.7 desta Cláusula deverá ser formalizada em campo próprio no sistema do Portal de Compras do Governo Federal.

### 9.8. O descumprimento das exigências contidas nos itens 9.5 e 9.7 determinará a inabilitação da licitante.

**9.9.** As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

**9.9.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**9.9.1.1.** O prazo de que trata o subitem 9.9.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

**9.9.2.** A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 9.9.1 e 9.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

**9.10.** Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**9.11.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

**9.12.** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**9.12.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.13, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**9.12.2.** O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

**9.13.** Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

**9.14.** A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.15.** Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

**9.16.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 9.12.

**9.17.** Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XI – DOS RECURSOS, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.

### X – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

**10.1.** A licitante vencedora deverá enviar a proposta final definitiva de preço com seus respectivos valores unitários e totais readequados ao lance vencedor, elaborada nos moldes do Anexo II do edital, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XVIII (Das Penalidades) deste edital.

**10.2.** Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

**10.3.** A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

**10.3.1.** Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

**10.3.2.** O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

**10.3.3.** A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto lícitado.

**10.3.4.** Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com quatro casas decimais, conforme o lance final.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### XI – DOS RECURSOS

#### 11.1. A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

a) de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na cláusula VIII deste edital;

b) de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inabilitação, consoante disposto na cláusula IX desse edital.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar **motivadamente**, dentro do prazo de 15 (quinze) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico, conforme indicado nas alíneas a e b do item 12.1.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

11.4. As razões de recurso deverão ser apresentadas **em momento único**, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, **desde logo**, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata (pelo sistema) dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados que, se desejarem, deverão solicitar acesso ao pregoeiro.

11.7. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### XII – DO VALOR ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O valor total estimado para a prestação dos serviços de que trata esta contratação é de R\$ 432.810,00 (quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e dez reais), considerando o período de 12 (doze) meses de contratação, conforme planilha abaixo:

Descrição	Valores de receitas/ arrecadações (estimados) 12 meses	Taxa de desconto/tarifa por transação máxima admitida	Valores Pagos/Remuneração (estimados) 12 meses
Taxa de Administração para operação de crédito à vista	R\$ 1.400.000,00	2,6700%	R\$ 37.380,00
Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 2 a 6 vezes.	R\$ 9.300.000,00	3,1200%	R\$ 290.160,00
Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 7 a 12 vezes.	R\$ 3.300.000,00	3,1900%	R\$ 105.270,00
MÉDIA PONDERADA		3,0915%	-----
VALOR TOTAL ANUAL (estimado)			R\$ 432.810,00

12.2. Os recursos necessários para os dispêndios com os serviços correrão por conta da verba prevista no orçamento econômico-financeiro do CRA-RJ, na conta nº 6.2.2.1.1.01.08.02.002 (Despesas com Cobrança).







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### XIII – DO PAGAMENTO

**13.1.** O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### XIV – DA GARANTIA

**14.1.** As informações referentes à garantia contratual dos serviços encontram-se definidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### XVI - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

**16.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### XVII – DA CONTRATAÇÃO

**17.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinatura do Contrato ou documento equivalente, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**17.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**17.2.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**17.2.2.** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

### XVIII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**18.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**18.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**18.1.2.** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**18.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**18.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**18.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**18.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**18.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**18.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**18.1.4.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo CRA-RJ;

**18.1.5.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**18.1.6.** fraudar a licitação.







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**18.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 18.1.7.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 18.1.7.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 18.1.7.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**18.1.8.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**18.1.9.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**18.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), o CRA-RJ poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**18.2.1.** advertência;

**18.2.2.** multa;

**18.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**18.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**18.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**18.3.1.**a natureza e a gravidade da infração cometida.

**18.3.2.**as peculiaridades do caso concreto

**18.3.3.**as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**18.3.4.**os danos que dela provierem para a Administração Pública

**18.3.5.**a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**18.4.1.**Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2. e 18.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**18.4.2.**Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**18.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**18.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**18.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**18.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**18.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo CRA-RJ, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**18.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**18.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**18.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**18.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**18.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **XIX – DA PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES**

**19.1.** Todas as informações, imagens, aplicativos e documentos providos pelo CRA-RJ ou oriundos das informações que forem propriedade do Conselho que forem manuseados e utilizados, são de propriedade do CRA-RJ, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas na relação de bens da licitante vencedora, bem como, de seus executores, sem expressa autorização do Gestor do Contrato.

**19.2.** Será considerado ilícito a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos, imagens, gravações e informações utilizados durante a prestação dos serviços.

**19.3.** A licitante vencedora obriga-se a dar ciência ao CRA-RJ, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

**19.4.** A licitante vencedora deverá guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva do CRA-RJ, sendo vedada à licitante vencedora sua cessão, locação ou venda a terceiros sem prévia autorização formal do CRA-RJ.

**19.5.** Todas as informações obtidas ou extraídas pela licitante vencedora quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo a licitante vencedora zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.

### **XX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**20.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### **XXI - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

**21.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br).

**21.2.** As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade.

**21.3.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, nos termos do § 1º, do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**21.4.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, nos termos do art. 15 c/c §3º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022.

**21.5.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio do link Consultas>Pregões>Agendados, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, bem como no sítio eletrônico do CRA-RJ, [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br), por meio do link Transparência e Prestação de Contas » Licitações – Transparência CRA-RJ » Últimas Licitações, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas, cujas respostas vincularão tanto os participantes quanto a administração.

**21.6.** A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

### XXII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**22.1.** Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

**22.2.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**22.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CRA-RJ, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CRA-RJ não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.7.1.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no CRA-RJ.

**22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, bem como, a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.11.** O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

**22.12.** Assegura-se a este Conselho o direito de:

**22.12.1.** Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

**22.12.2.** Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

**22.12.2.1.** A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

**22.12.3.** Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

**22.12.4.** Adiar a data da sessão pública.

**22.13.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e [www.cra-rj.adm.br](http://www.cra-rj.adm.br), e também poderão ser obtidos no endereço Rua Professor Gabizo, 197, 6º andar, Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**22.14.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

- 1º Apêndice do Anexo I – Modelo de Relatórios
- 2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Modelo da Proposta de Preços

ANEXO III – Modelo do Termo de Contrato

-assinado eletronicamente-  
Adm. Roberta Martins  
CRA-RJ nº 20-60600-1  
Agente de Contratação/Pregoeira







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

#### TERMO DE REFERENCIA

**Processo Administrativo:** 2024400499

#### 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em solução de intermediação de pagamento por meio eletrônico, que realize captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação de transações financeiras realizadas por meio de cartões de crédito, via web (e-commerce), de forma a disponibilizar aos profissionais e empresas registradas no Conselho Regional de Administração (CRA-RJ), alternativas de pagamento à vista ou em parcelas, das anuidades, multas, taxas e demais emolumentos, com a imediata regularização da sua situação no CRA-RJ, conforme especificações, condições, quantidades e estimativas constantes no Termo de Referência.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, de caráter continuado, sem o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

1.2.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as transações financeiras, tais como pagamentos de anuidades, regularização dos profissionais, demais situações de regularidade dos profissionais ocorre durante todo o ano, sem interrupções e sendo a vigência plurianual mais vantajosa para essa contratação.

1.3. A estimativa de preços para a contratação pretendida está apresentada na planilha abaixo:

Descrição	Valores de receitas/arrecadações (estimados)	Taxa de desconto/tarifa por transação máxima admitida	Valores Pagos/Remuneração (estimados)
	12 meses		12 meses
Taxa de Administração para operação de crédito à vista	R\$ 1.400.000,00	2,6700%	R\$ 37.380,00
Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 2 a 6 vezes.	R\$ 9.300.000,00	3,1200%	R\$ 290.160,00
Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 7 a 12 vezes.	R\$ 3.300.000,00	3,1900%	R\$ 105.270,00
MÉDIA PONDERADA		3,0915%	----
VALOR TOTAL ANUAL (estimado)			R\$ 432.810,00

1.4. O prazo de vigência contratual será de 60 (sessenta) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, com fundamento nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011 e suas alterações feitas pela Lei 14.195, de 26 de agosto de 2021, autoriza a cobrança de valores monetários pelos Conselhos Profissionais, conforme abaixo:

Art. 4º Os Conselhos cobrarão: I - multas por violação da ética, conforme disposto na legislação; II - anuidades; e III - outras obrigações definidas em lei especial.

Art. 5º O fato gerador das anuidades é a existência de inscrição no conselho, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício.







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

2.2. Assim sendo, o CFA - Conselho Federal de Administração, por meio da Resolução Normativa nº 639, de 22/12/2023 já regulamentou os procedimentos relacionados à cobrança de anuidades, multas e demais obrigações devidas aos Conselhos Regionais de Administração (CRAs).

2.3. Atualmente, o CRA-RJ arrecada anuidades, taxas e outros emolumentos devidos por profissionais e empresas registradas na Autarquia, por meio de cartões de crédito, via web, através do Sistema Integrado de Fiscalização e Autoatendimento do CRA-RJ (Sifa), garantindo ao Conselho o recebimento do valor total da transação, descontadas as taxas de desconto das adquirentes ou credenciadoras que, a partir do momento do pagamento, liquidam a transação financeira e repassam a responsabilidade pelo recebimento do débito para a bandeira do cartão (Ex.: Visa, Mastercard, Elo) e, contribuindo para a diminuição dos índices de inadimplência, notadamente daqueles profissionais que negociam e parcelam os seus débitos, mas, por um ou outro motivo, pagam somente a primeira parcela.

2.4. Entretanto, o CRA-RJ firmou recentemente com a atual adquirente (CIELO), "Termo de Adesão ao Contrato Geral de Credenciamento", pelo tempo determinado de 180 (cento e oitenta dias), com o fim de adquirir tempo hábil para realização do devido processo licitatório e não ter seus serviços de credenciamento interrompido. Pelo exposto, fica evidenciado a necessidade de contratação de empresa especializada em operação de cartão de crédito que ofereça a possibilidade do pagamento de anuidades, taxas de serviços, multas e outros débitos por meio da utilização de cartão de crédito.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme descrito nos Estudos Técnicos Preliminares, abrange captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação de transações financeiras realizadas por meio de cartões de crédito, via web (e-commerce), das anuidades, multas, taxas e demais emolumentos devidos pelos profissionais e empresas registrados no CRA-RJ, com o fornecimento de solução tecnológica para a realização das transações financeiras, que deve integrar ao SIFA – Sistema Integrado de Fiscalização e Autoatendimento ou outro sistema que o CRA-RJ venha a contratar.

3.2. Os serviços contratados deverão ser prestados de acordo com todos os normativos do Sistema financeiro nacional, especialmente às resoluções do Banco Central do Brasil – BACEN, relacionadas a meios de pagamento, bem como as demais especificações técnicas relativas à parte de negócio e tecnológica definidos no Termo de Referência.

3.3. A contratada deverá proporcionar os meios tecnológicos para efetiva operacionalização dos serviços, nesse caso específico os API's/Webservices.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1 A prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação de transações com cartões de crédito deve contemplar no mínimo as seguintes bandeiras: VISA, MASTERCARD, MASTERCARD MAESTRO, ELO, HIPERCARD;

4.1.2. Serviço de pagamentos por Internet (E-Commerce): plataforma e-commerce para transações eletrônicas através da internet, que deve integrar ao SIFA – Sistema Integrado de Fiscalização e Autoatendimento.

#### 4.2. Dos Repasses:

4.2.1 A CONTRATADA fará o repasse das transações, realizadas na modalidade de Cartão de Crédito, que tramitem e forem devidamente autorizadas, já descontando as Taxas de Administração, conforme percentual acordado entre as partes;

4.2.2 O repasse deverá ser realizado por depósito, diretamente nas contas bancárias do CRA-RJ (Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro). As contas bancárias serão indicadas no instrumento contratual ou por qualquer outro meio oficial.

4.2.3 O repasse deve ser efetuado conforme cada negociação realizada, descrita nos seguintes formatos:





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

4.2.3.1 Operações de crédito à vista: o repasse deve ocorrer até 31 (trinta e um) dias após a data da transação descontando as taxas negociadas;

4.2.3.2 Operações de crédito parcelado (de 02 a 12 vezes): de no máximo, 31 (trinta e um) dias corridos, a cada parcela vencida, após a transação.

4.2.4 A CONTRATADA deverá garantir pelos pagamentos das compras efetuadas pelos portadores de Cartões de Crédito e capturados pelo Sistema da CONTRATADA, no prazo convencionado no presente instrumento, assumindo o risco de crédito nas vendas nesta respectiva modalidade;

4.2.5 A CONTRATADA administrará o repasse das transações negociadas, na modalidade de recebimento por cartão de crédito, transmitidas pelo sistema do Conselho, fornecendo todo o suporte necessário para o bom funcionamento do objeto desta contratação;

4.2.6 A CONTRATADA terá a obrigação da conciliação e repasse ao CONTRATANTE do valor negociado nas transações comerciais realizadas na modalidade de recebimento por cartão de crédito, já descontando as Taxas de Administração, conforme percentual acordado;

4.2.7 A CONTRATADA será responsável pela emissão, geração e transmissão de arquivos eletrônicos as transações realizadas nas vendas, através da modalidade de recebimento por cartão de crédito;

4.2.8 A CONTRATADA deverá apresentar documentos que comprovem a disponibilidade para fornecer as consultas e transações sem qualquer ônus a CONTRATANTE, abaixo relacionadas:

4.2.8.1 Venda diária: à vista + valor da tarifa;

4.2.8.2 Venda diária: parcelada + valor da tarifa;

4.2.8.3 Extrato recebimento diário detalhado + valor da tarifa;

4.2.8.4 Extrato recebimento detalhado e resumido mensal;

4.2.8.5 Extrato de vendas detalhado e resumido mensal;

4.2.8.6 Ordens estornadas/canceladas diária e mensal.

### 4.3. Capacidade Técnica

4.3.1. A empresa prestadora do serviço deverá comprovar que possui aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

4.3.2. O (s) atestado (s) ou declaração (ões) de capacidade técnica deverá (ão) se referir aos serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificadas no contrato social registrado na Junta Comercial competente, bem como no Cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

4.3.3. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitados, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados.

4.3.4. Apresentar documento comprobatório de que é autorizada a operar pelas bandeiras que declara representar;

4.3.5. Comprovação de autorização do Banco Central para a realização de Operações financeiras conforme Resolução CMN Nº 4.970 de 25 de novembro de 2021;

4.3.6. Comprovante que atua no mercado igual ou superior há 1 (um) ano no ramo de atividade do objeto licitado.

### 4.4 Definições Conceituais

4.4.1 API'S OU WEBSERVICES: são soluções utilizadas na integração de sistemas e na comunicação entre aplicações diferentes. Com esta tecnologia é possível que novas aplicações possam interagir com aquelas que já existem e que sistemas desenvolvidos em plataformas diferentes sejam compatíveis. Os Webservices são componentes que permitem às aplicações enviar e receber dados em formato XML e outros métodos;





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

4.4.2. **BANDEIRAS DE CARTÕES:** Bandeiras são as instituições detentoras dos direitos de propriedade e franqueadoras de suas marcas ou logomarcas que identificam os Meios de Pagamento responsáveis por regulamentar e fiscalizar a emissão dos Meios de Pagamento, afiliação de Estabelecimentos, uso e padrões operacionais e de segurança;

4.4.3 **CARTÕES DE CRÉDITO OU DÉBITO:** É cartão fornecido ao portador (consumidor) mediante sua filiação ao Sistema de Cartões de Crédito/Débito, sendo, portanto, o instrumento nominativo e intransferível de identificação do portador, que o habilita a adquirir bens e serviços nas Unidades dos CONTRATANTES, nos termos e condições constantes do Contrato mantido entre aquele e a Administradora dos mesmos;

4.4.4 **CHARGEBACK:** É o termo em inglês amplamente usado no e-commerce, que usados para o cancelamento de uma compra online realizada através de cartão crédito, que pode acontecer em virtude do não reconhecimento da compra pelo titular do cartão ou ainda pelo fato de a transação não obedecer às regulamentações previstas nos contratos, termos, aditivos e manuais editados pelas administradoras de cartão;

4.4.5 **CHECKOUT (OU GATERWAY DE PAGAMENTOS):**

4.4.5.1 Trata-se de uma aplicação ou uma plataforma para transações ecommerce, instalada em um servidor remoto mantida por uma operadora financeira que autoriza pagamentos de transações feitas online em websites de empresas ou pessoas físicas nos ramos de e- businesses;

4.4.5.2 Checkout é um termo que significa "saída". No mundo do e-commerce, o termo é dado ao processo de finalização de compra, ou seja, o pagamento do pedido;

4.4.5.3 no checkout padrão, o pagamento acontece em um ambiente fora da loja, geralmente na página de algum intermediador de pagamento. Exemplos de serviços de mercado de checkout padrão: Getnet, Cielo, Rede, Iugu, PagSeguro, PayPal, PayU, Mercado Pago e outros;

4.5.1 Exemplo de funcionamento do Checkout Padrão:

4.5.1.2. Após preencher todos os dados na página de checkout e clicar em finalizar compra, o cliente é redirecionado para a página do Intermediador de pagamento. Nessa página ele vai inserir dados de pagamento (número do cartão de crédito, por exemplo) para efetuar a compra.

4.4.6. **CÓDIGO DE AUTORIZAÇÃO** - Conjunto de caracteres gerados e fornecidos a critério do EMISSOR e informado à CONTRATADA, cuja finalidade exclusiva é, no momento da TRANSAÇÃO, identificar que: (I) o CARTÃO consultado não se encontra bloqueado ou cancelado; e (II) o valor e a modalidade da TRANSAÇÃO são aprovados pelo EMISSOR ou pela BANDEIRA;

4.4.7 **COMPROVANTE DE VENDA (CV):** documento emitido no estabelecimento dos CONTRATANTES que discrimina a data da compra realizada com o cartão de crédito/débito pelo seu portador. Esse documento, deve conter: identificação do cartão; data da transação; valor e forma de pagamento devidamente autorizada pela Administradora do Cartão; representa o reconhecimento do débito pelo titular e o compromisso de pagamento aos CONTRATANTES pela CONTRATADA;

4.4.8 **DOMICÍLIO BANCÁRIO:** Banco, Agência e conta corrente cadastrados para receber créditos e débitos decorrentes de transações com Meios de Pagamento;

4.4.9 **EMISSOR:** Entidade autorizada pelas Bandeiras a emitir cartões com as marcas das Bandeiras com validade no Brasil e/ou no exterior;

4.4.10 **EV SSL (Certificado Extended Validation):** O Certificado EV foi lançado no mercado recentemente e garante um nível de segurança maior para os clientes das lojas virtuais. Trata-se de um certificado de maior confiança e quando o https for acessado a barra de endereço ficará verde, dando mais confiabilidade aos visitantes do site;

4.4.11 **NFC:** Comunicação por campo de proximidade (CCP), ou near-field communication (NFC), é uma tecnologia que permite a troca de informações sem fio e de forma segura entre dispositivos compatíveis que estejam próximos um do outro, que funciona a 13.56 MHz. Ou seja, logo que os dispositivos estejam suficientemente próximos, a comunicação é estabelecida automaticamente, sem a necessidade de configurações adicionais. Estes dispositivos podem ser telefones celulares, tablets, crach-s, cartões de bilhetes eletrônicos, pulseiras e qualquer outro dispositivo que tenha um chip NFC;





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

4.4.12 PLATAFORMA E-COMMERCE: é um sistema que possui as ferramentas necessárias para o gerenciamento da sua loja virtual e pela visualização da sua loja na internet. Através da plataforma de e-commerce você pode incluir produtos com seus preços e respectivos estoques, incluir meios de pagamento, gerenciar o envio e frete dos pedidos e analisar relatórios estratégicos para a sua loja virtual;

4.4.13 PORTADOR: pessoa para a qual as administradoras de cartões de crédito, permitem e autorizam a emissão do CARTÃO DE CRÉDITO de sua bandeira. Podem ser portadores os titulares dos cartões, bem como pessoas indicadas como cartões adicionais. Em quaisquer dos casos a responsabilidade pelo pagamento das compras e serviços é única e exclusivamente do Titular;

4.4.14 QR Code: Código QR (sigla do inglês Quick Response, resposta rápida em português) é um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera. Esse código é convertido em texto (interativo), um endereço URI, um número de telefone, uma localização georreferenciada, um e-mail, um contato ou um SMS;

4.4.15 SISTEMA DE CARTÕES DE CRÉDITO: é sistema que institui o aceite dos cartões de créditos ou débito, indicados pelo objeto deste certame, pelos CONTRATANTES, como meio de pagamento de bens e serviços aceitos nas suas Unidades, afiliado as redes de estabelecimentos identificados pelas Bandeiras dos respectivos cartões de Crédito;

4.4.16 TRANSAÇÃO: Operação em que os CONTRATANTES celebram através do Meio de Pagamento a quitação da venda dos seus produtos;

4.4.17 URL: é o endereço de um recurso disponível em uma rede, seja a rede internet ou intranet, e significa em inglês Uniform Resource Locator, e em português é conhecido por Localizador Padrão de Recursos. Em outras palavras, URL é um endereço virtual com um caminho que indica onde está o que o usuário procura, e pode ser tanto um arquivo, como uma máquina, uma página, um site, uma pasta etc. URL também pode ser o link/endereço de um site. Um URL é composto de um protocolo, que pode ser tanto HTTP, que é um protocolo de comunicação, FTP que é uma forma rápida de transferir arquivos na internet;

### 4.4.18 SERVIÇO DE PAGAMENTOS POR INTERNET (E-COMMERCE)

#### 4.4.18.1 Sobre o serviço de e-commerce a ser contratado:

4.4.18.1.1 A CONTRATADA deverá oferecer plataforma tecnológica para ecommerce (comércio eletrônico), com recursos suficientes para a integração entre o Portal e demais sistemas internos do Conselho, através do método checkout padrão;

#### 4.4.18.1.2 Esta plataforma tecnológica consiste em:

4.4.18.1.2.1 Solução que agrega vários serviços de processamento de pagamento, no qual o cliente é direcionado para uma página de pagamento online da operadora CONTRATADA. Estando esta página em uma tela transacional segura e com apenas uma integração usando a técnica via API REST;

4.4.18.1.3 A página da tela transacional da plataforma deverá possuir certificado EV SSL (Certificado Extended Validation) emitido e validado em nome da CONTRATADA;

4.4.18.1.4 Tipos e formas de pagamentos: a plataforma e-commerce deverá possibilitar aos clientes do Conselho de efetuarem pagamentos no crédito à vista e parcelado em cartões de crédito online (transferência entre contas bancárias);

4.4.18.1.4 As regras para parcelamentos e valores mínimos por parcela, deverá seguir, minimamente, aos dados que estão descritos a seguir:

#### 4.4.18.1.4.1 Regras para pagamentos online de Pessoas Físicas:

- à vista nos cartões de crédito;
- Parcelado nos cartões de crédito, em até 12 vezes;

#### 4.4.18.1.4.2 Regras para pagamentos online de Pessoas Jurídicas:

- à vista nos cartões de crédito;
- Parcelado nos cartões de crédito, em até 12 vezes;







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

4.4.18.1.5 A solução deverá ser devidamente homologada com as instituições financeiras, assim como seguir padrões da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos);

4.4.18.1.6 Navegadores a serem suportados: Google Chrome, Mozilla Firefox, Internet Explorer, Microsoft Edge, Safari (MAC/iOS), Opera.

4.4.18.2 Principais funcionalidades que a plataforma deve ter:

Funcionalidade	Descrição
Tela transacional	Possuir tela transacional própria, com um layout otimizado e personalizável, encurtando os passos no pagamento de suas transações;
Registro de compradores	Possuir a capacidade de salvar cartões e dados de pagamento dos compradores, permitindo que em compras futuras, os dados já estejam preenchidos na tela transacional;
Compra com 1 clique	Com o computador cadastrado, a plataforma deverá permitir que a compra seja concluída rapidamente, utilizando os dados de pagamentos e endereços favoritos do comprador;
Antifraude	Possuir integração com o serviço antifraude, permitindo a análise de transações de crédito sem uma integração adicional;
Meios de pagamentos	Possuir recursos para os meios de pagamento: <ul style="list-style-type: none"><li>- Cartões de crédito;</li><li>- Cartão de débito;</li><li>- Débito Online</li></ul>
Backoffice	Recurso de Backoffice para que o CONTRATANTE possa acompanhar as vendas e o status de todas as transações realizadas na plataforma;
Integração com botão e QR Code	Recurso que torna possível realizar a criação de um link gerador de pedidos apenas com um cadastro de produtos dentro do Backoffice;
Integração com plataformas E-commerce	Possuir recursos de integração com outras lojas online e demais plataformas;
Relatórios transacionais	A plataforma deverá possibilitar a geração de relatórios transacionais, como por exemplo: <ul style="list-style-type: none"><li>-Relatório de recorrências;</li><li>- Relatório de compradores;</li><li>- Extrato de vendas e relatório de vendas.</li></ul>

4.4.18.3 O fluxo de operação do serviço de checkout no ambiente do Conselho deverá ter o seguinte desenho:

4.4.18.3.1 O profissional ou empresa escolhe a forma de pagamento por cartão de crédito, no ambiente do site do Conselho;

4.4.18.3.2 O site do CRA-RJ informa os dados da anuidade, multas e taxas para a plataforma de pagamentos;

4.4.18.3.3 A plataforma de pagamentos armazena os dados da anuidade, multas e taxas e retorna um código identificador da transação;

4.4.18.3.4 Dados do cartão são preenchidos no ambiente da plataforma de pagamentos;

4.4.18.3.5 O profissional ou empresa insere os dados do cartão;

4.4.18.3.6 O pagamento é processado junto às operadoras de cartões e bancos;

4.4.18.3.7 A transação é confirmada e concluída.

4.4.18.4 A contratada deverá fornecer todos os manuais e documentos técnicos, assim como também prestar suporte para a equipe técnica do CRA-RJ e fazer as integrações entre os sistemas;







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### 4.4.18.5 Requisitos de integração e automação:

#### 4.4.18.5.1 Tipos de integração:

- a) API: tipo de integração que permite ao Conselho enviar o pedido do seu site com todos os dados que ele deseja apresentar na tela transacional. Neste tipo de integração o Conselho possui maior controle sobre como o pedido será gerado;
- b) Botão / QR Code / Link: possibilidade de registrar um produto ou grupo de produtos que vão gerar um link capaz de criar várias telas de pagamento. Esse modelo é usado para pagamentos por redes sociais, campanhas promocionais ou vendas via QR Code. Nessa categoria o Conselho possui menos controle sobre como os pedidos serão apresentados ou gerados na tela transacional.

#### 4.4.18.5.2 Fluxos para processamento das transações:

- a) CARTÕES DE CRÉDITO: ao acessar a tela transacional, o profissional/empresa poderá obter pelo pagamento via Cartão de crédito;
- b) Transações de cartão de crédito serão incluídas na plataforma como: PENDENTE, AUTORIZADO, PAGO, NEGADO, EXPIRADO OU CHARGEBACK dependendo do resultado da autorização junto ao Banco;
- c) CARTÃO DE CRÉDITO - Ordem de Status:

STATUS	EXPLICAÇÃO
Pendente	Status original. A transação está ocorrendo, esperando resposta do processo de autorização
Autorizado / Negado	Resultado do processo de autorização: Autorizado: crédito foi reservado para a compra; Negado: cartão não autorizado pelo emissor a continuar a transação.
Pago	Ocorre após captura. Indica que o crédito reservado no cartão será depositado na conta do Conselho.
Expirado	Ocorre caso a transação não seja capturada em 15 dias após autorização. Nessa situação a transação é perdida.
Chargeback	Status não automático. Caso o Conselho seja notificado de Chargeback, poderá marcar esta transação como perdida. Este status é apenas uma marcação não afetando o processo de pagamento.

### 4.4.19 Notificações de pagamento:

4.4.19.1 O processo de notificação transacional deverá ocorrer via a inclusão de uma URL para onde serão direcionados dados das transações realizadas na plataforma;

4.4.19.2 A plataforma deverá realizar a notificação somente quando uma transação é considerada finalizada, ou seja, o cliente preencheu todos os dados da tela de pagamento e clicou em "finalizar";

#### 4.4.19.3 Tipos de notificação:

TIPO	DESCRIÇÃO
POST	Notificação onde o Conselho é passivo. Dois POST HTTP são disparados, um informando dados do pedido e outra sobre mudança de status da transação;
JSON	Notificação onde o Conselho realiza uma consulta. Um POST contendo informações para a realização de uma consulta (GET) às transações checkout.

4.4.19.4 Notificação POST: a notificação via POST é baseada no envio de um POST HTTP quando uma transação é realizada. Ela é realizada em duas etapas:





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

4.4.19.5 POST de NOTIFICAÇÃO - Ocorre quando a transação é finalizada. Esse POST possui todos os dados do pedido, incluindo o STATUS inicial da transação;

4.4.19.6 POST de MUDANÇA DE STATUS - Ocorre quando uma transação possui seu STATUS alterado - EX: "autorizado" > > > "pago".

4.4.19.7 Notificação JSON: A notificação via JSON é um método mais seguro e flexível para o Conselho realizar uma consulta na plataforma. Essa modalidade de notificação é baseada em um POST JSON, onde o Conselho recebe credenciais para que uma consulta (GET) possa ser realizado junto a base de dados da plataforma;

4.4.19.8 Ela é realizada em duas etapas:

- POST de NOTIFICAÇÃO - Ocorre quando a transação é finalizada. Possui as credenciais necessárias para consultas transacionais;

- CONSULTA TRANSACIONAL - Com as credenciais de consulta, o Conselho busca dados da venda junto à plataforma.

4.4.19.9 Na Notificação de JSON, não há diferença entre o POST de Notificação e Mudança de Status. Sempre que algo ocorrer na transação, o Conselho receberá um POST de Notificação.

4.4.19.10 TIPOS DE URL DE NOTIFICAÇÃO:

TIPO	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
URL de Retorno	Página web na qual o profissional/empresa será redirecionado ao fim do procedimento; Nenhum dado é trocado ou enviado para essa URL; Essa URL apenas leva o profissional/empresa, após finalizar o procedimento, a uma página definida pelo Conselho.	Caso o Conselho deseje, poderá configurar essa página para ser sensibilizada por tráfego, assim identificando que a transação foi finalizada pela plataforma; Pode ser enviada via API (verificar "integração por API").
URL de Notificação	Ao finalizar uma transação, é enviado um POST HTTP com todos os dados da transação para a URL de Notificação; O POST de notificação é enviado apenas no momento que a transação é finalizada, independentemente se houve alteração do status da transação.	Utilizada na notificação via POST e JSON.
URL de Mudança de Status	Quando um pedido tiver seu status alterado, será enviado um post HTTP para a URL de Mudança de Status; O post de mudança de status não contém dados do pedido, apenas dados de identificação.	Utilizado somente na Notificação via POST.

4.4.20 Análise de Fraude:

4.4.20.1 A plataforma deverá dispor deste recurso para transações de crédito autorizadas, que poderão ser enviadas para análise da ferramenta de antifraude;

4.4.20.2 O Antifraude deverá avaliar: primeiro, o nível de risco que uma transação possui de ser uma fraude, e o segundo, uma informação adicional sobre a transação. A análise deverá indicar um grau de RISCO, especificado pelo Status, para o pagamento em questão. Esse grau de risco é o que deve guiar a decisão do Conselho de capturar ou cancelar o pagamento;

4.4.21 para a implantação e integração da plataforma com os sistemas do CONSELHO, a empresa CONTRATADA deverá fornecer toda documentação técnica e prestar todo suporte necessário, de modo a subsidiar as áreas técnicas do CRA-RJ a desenvolver as integrações sistêmicas;

4.4.22 MODO DE TESTE: a plataforma deverá dispor de uma ferramenta que permita testar a integração dos sistemas da CONTRATANTE com a plataforma. Com o modo teste, deve ser possível realizar transações à medida que evolui com a integração e consegue simular cenários para testar diferentes meios de pagamento.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### 4.5. Monitoramento das Vendas

4.5.1 A CONTRATADA deverá criar senha específica para consultas de extratos de vendas e pagamentos, em seu site, disponibilizando-a ao CRA-RJ, após a implantação dos serviços, cujos prazos e procedimentos serão definidos em reunião de briefing a ser realizada depois de assinado o contrato;

4.5.2 A CONTRATADA deverá gerar código de acesso individual por cada unidade do Conselho para o setor Financeiro do CRA-RJ, com níveis de acesso diferenciados, conforme procedimentos definidos em reunião de briefing a ser realizada depois de assinado o contrato;

4.5.3 as consultas as informações no site da CONTRATADA deverão ter opção de diferenciação (perfis de acesso), de forma a permitir segregá-lo de serviços por usuário e níveis diferenciados de consulta;

4.5.4 O serviço oferecido ao CRA-RJ deverá possibilitar a consulta de extratos de vendas diários e mensais dos pagamentos de forma detalhada, por meio de senha específica, no site da CONTRATADA.

### 4.6. Relatórios e Gestão das Transações

4.6.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema próprio via web, com acesso exclusivo ao Conselho, através de usuário e senha, para acompanhamento e controle das transações financeiras operadas em sua plataforma;

4.6.2 Disponibilização dos extratos das transações, mediante acesso ao portal da empresa ou através de e-mail indicado pelo estabelecimento;

4.6.3 Este sistema deverá disponibilizar a extração dos dados em arquivos em CSV e/ou Excel, com as transações realizadas com os profissionais/empresas do Conselho e suas delegacias, seja nas unidades ou nas transações feitas via internet, nas modalidades de recebimento por Cartão Crédito e Crédito parcelado;

4.6.4 este sistema deverá disponibilizar Relatórios de Conciliação, com informações de Localizadores das transações financeiras, realizadas com o recebimento por Cartão de Crédito nas Unidades Conselho;

4.6.5 Estes relatórios devem contemplar o recebimento por data, valores, clientes, rejeições, vendas. E devem ter a opção para serem gerados por cada Unidade do Conselho, como também devem ter a opção para serem gerados de forma gerencial com todas as Unidades;

4.6.6 Apresentar recursos para estorno e chargeback;

4.6.7 Detecção automática de Fraudes e Cancelamento de vendas;

4.6.8 Apontar diferenças individualmente, detalhando lançamento a lançamento com rastreabilidade da informação

4.6.9 Apurar os resultados por Holding ou por cada CNPJ e apresentar os resultados de modo analítico ou sintético;

4.6.10 Permitir parametrizações de acessos para a segurança da informação, com acesso via Login e senha criptografados (com restrições determinadas por usuário / horário / IP de equipamento);

4.6.11 Controle integral das antecipações, informando sobre dados como taxa média, taxa efetiva, dentre outros;

4.6.12 Controle e validação do depósito bancário;

4.6.13 Detalhamento completo de todos os tipos de cobranças, ajustes, créditos e cancelamentos.

4.6.14 A CONTRATADA não poderá, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis, utilizar informações fornecidas pelo CRA-RJ para qualquer outro tipo de uso que não os específicos para a execução do objeto deste certame;

## 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

5.2. A empresa a ser contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento das recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88 e em conformidade com art. 11 da Lei nº 14.133/21, devendo, portanto, ser observadas diretrizes e práticas consideradas sustentáveis.

### 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o objeto a ser contratado não haverá necessidade de vistoria/visita técnica.

6.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria/visita técnica, as empresas interessadas não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.

### 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O objetivo deste modelo é detalhar como a CONTRATADA irá fornecer, implementar e manter a solução de intermediação de pagamento por meio eletrônico, garantindo a captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação de transações financeiras, em conformidade com as especificações técnicas e requisitos definidos no Termo de Referência e demais anexos do contrato.

7.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer os seguintes serviços:

- a) Implementação da solução: Configuração e integração da solução de pagamento com os sistemas da CONTRATANTE, incluindo a disponibilização de APIs e ferramentas de desenvolvimento;
- b) Processamento de transações: Captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação de transações financeiras realizadas por meio eletrônico, nos meios de pagamento definidos no contrato;
- c) Gerenciamento de risco: Implementação de mecanismos de segurança e prevenção a fraudes, garantindo a integridade e confidencialidade das transações;
- d) Suporte técnico: Disponibilização de suporte técnico especializado para a CONTRATANTE, incluindo atendimento a chamados, resolução de problemas e acompanhamento da operação da solução;
- e) Relatórios e indicadores: Geração de relatórios gerenciais e indicadores de desempenho, permitindo a CONTRATANTE acompanhar o volume de transações, taxas, prazos de liquidação e outros dados relevantes.

7.1.2. Requisitos Técnicos: A solução de pagamento fornecida pela CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

- a) Segurança: Conformidade com as normas e padrões de segurança da indústria de pagamentos, incluindo PCI DSS, criptografia e autenticação;
- b) Disponibilidade: Alta disponibilidade da solução, garantindo o funcionamento ininterrupto do serviço, com tempo de inatividade mínimo;
- c) Escalabilidade: Capacidade de suportar o crescimento do volume de transações da CONTRATANTE, sem comprometer o desempenho da solução;
- d) Integração: Facilidade de integração com os sistemas da CONTRATANTE, por meio de APIs e ferramentas de desenvolvimento bem documentadas;
- e) Usabilidade: Interface amigável e intuitiva para os usuários, facilitando a realização de pagamentos e o acompanhamento das transações.

7.1.3. Níveis de Serviço: A CONTRATADA deverá garantir os seguintes níveis de serviço:

- a) Disponibilidade: Mínimo de 99,9% de uptime da solução;
- b) Tempo de resposta: Tempo médio de resposta às solicitações de suporte técnico inferior a 24 horas;
- c) Taxas de aprovação: Taxas de aprovação de transações em conformidade com as médias do mercado;
- d) Prazos de liquidação: Prazos de liquidação das transações em conformidade com o acordado no contrato.







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

7.1.4. Cronograma de Implementação: a CONTRATADA deverá apresentar um cronograma detalhado para a implementação da solução, incluindo as seguintes etapas:

- a) Planejamento: Definição do escopo do projeto, recursos necessários e responsabilidades das partes envolvidas.
- b) Desenvolvimento: Configuração e integração da solução com os sistemas da CONTRATANTE, incluindo testes e homologação.
- c) Implantação: Colocação da solução em produção, com acompanhamento e suporte da CONTRATADA.
- d) Treinamento: Capacitação dos usuários da CONTRATANTE para a utilização da solução.

7.1.5. Métricas de Desempenho: as seguintes métricas serão utilizadas para avaliar o desempenho da CONTRATADA:

- a) Disponibilidade da solução;
- b) Tempo médio de resposta do suporte técnico;
- c) Prazos de liquidação;
- d) Satisfação dos usuários;

7.1.6. Penalidades por Inadimplemento: em caso de descumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Multas: Aplicação de multas proporcionais ao grau de inadimplemento;
- b) Suspensão do pagamento: Suspensão dos pagamentos até que a CONTRATADA regularize a situação.
- c) Rescisão contratual: Rescisão do contrato por parte da CONTRATANTE, em caso de inadimplemento grave ou reiterado.

### 8. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

8.1. Se necessário, a realização de reuniões de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Edital e Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

8.1.1. Deverão participar das reuniões, no mínimo, o fiscal do contrato, assessor do sistema corporativo, e o representante da Contratada.

8.2. Após aprovação das demandas, o fiscal do contrato encaminhará à OS para a Contratada ou as informações necessárias para sua execução.

8.3. Cada demanda deverá ser executada atendendo às especificações e condições constantes deste Termo de Referência e melhores práticas.

8.4. O objeto contratado deverá ser disponibilizado conforme condições descritas no TR combinado com o Fiscal do Contrato.

8.5. Durante toda a execução dos serviços deverá ser realizada a transferência de conhecimento para a Fiscalização.

8.6. A transferência de conhecimento deverá conter todos os elementos suficientes a contemplar a necessidade de transferir ao fiscal do contrato, todo o conhecimento e condições para dar continuidade aos serviços em caso de rescisão ou interrupção contratual.

### 9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Os critérios de medição visam quantificar os serviços prestados pela CONTRATADA, permitindo a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a base para o pagamento sendo mensurados por volume financeiro: O pagamento será calculado com base no volume financeiro total das transações processadas, geralmente expresso em porcentagem do valor transacionado.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### 10. DO PAGAMENTO

10.1 Os valores devidos ao CRA-RJ devem ser repassados sempre na data acordada em contrato, sob pena de multa em caso de atraso.

10.2 O prazo para repasse de valores para o CRA-RJ devem ser efetuados conforme cada negociação realizada, descrita nos seguintes formatos:

a) Operações de crédito à vista: o repasse deve ocorrer até 31 (trinta e um) dias após a data da transação descontando as taxas negociadas;

b) Operações de crédito parcelado (de 02 a 12 vezes): de no máximo, 31 (trinta e um) dias corridos, a cada parcela vencida, após a transação.

10.3 Todas as atividades envolvidas serão acompanhadas pela Gerência Financeira do CRA-RJ;

10.4 Quaisquer alterações nas condições acima deverão ser avaliadas e aprovadas pelo CRA-RJ.

### 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, notificando à CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação do serviço ou nos enlaces de acesso para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

11.3. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços prestados, verificando sempre o seu bom desempenho e documentando as ocorrências havidas.

11.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não deverão ser interrompidos.

11.5. Proporcionar as facilidades de infraestrutura necessárias à CONTRATADA de modo a possibilitar a execução dos serviços relativos ao objeto desta especificação.

11.6. Providenciar o pagamento à CONTRATADA conforme condições estabelecidas neste Termo de referência.

### 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA deverá fornecer suporte de atendimento ao contratante no mínimo das 08h até as 14h de segunda a sexta-feira, e resolução de problemas em um prazo de até 24 horas;

12.2 A CONTRATADA deverá enviar um representante para a sede do CRA-RJ, sempre quando for requisitado, caso necessite de tratativas presenciais;

12.3 A CONTRATADA deverá executar demais serviços considerados necessários à periodicidade conforme rotina estabelecida;

12.4 A CONTRATADA ficará responsável pela integração da plataforma de e-commerce junto ao sistema controle financeiro utilizado pela CONTRATANTE;

12.5 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

- 12.8 Garantir os pagamentos das transações efetuadas pelos portadores de cartões de crédito e capturados pelo sistema da Contratada, no prazo convencionado no presente instrumento, assumindo o risco de crédito;
- 12.9 Administrar o repasse das transações negociadas pelo CRA-RJ, na modalidade de recebimento por cartão de crédito, transmitidas pelo sistema da adquirente, fornecendo todo o suporte necessário para o bom funcionamento do objeto;
- 12.10 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.11 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.12 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão para a execução do serviço;
- 12.13 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.14 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.15 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.16 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.17 Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- 12.18 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CRA-RJ;
- 12.19 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.21 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.22 Apresentar as faturas após o término do mês da prestação dos serviços;
- 12.23 Garantir os pagamentos efetuados pelos portadores de cartões de crédito e capturados pelo sistema da Contratada, no prazo convencionado no presente instrumento;
- 12.24 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.25 Arcar com o Ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei 14.133/2021.
- 12.26 Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do CRA-RJ ou de terceiros, quando tenham sido causados por seus empregados durante a execução dos serviços;
- 12.27 Disponibilizar canal de atendimento preferencial (e-mail e telefone) além dos serviços de suporte, para o esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas relacionados às transações de cartões;
- 12.28 Solucionar incidentes em software e/ou hardware fornecidos em até 08 horas para capital/região metropolitana e 12 horas para interior, após a abertura do chamado. Para disponibilidade de serviços via internet, tais como consumo de API/REST ou sistema TEF 24x7, os incidentes deverão ser corrigidos em até





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

04 horas após abertura de chamado, que poderá ocorrer de 03 (três) formas, de comum acordo entre Contratada e CRA-RJ: por telefone, e-mail ou sistema próprio;

12.29 A contratada deverá disponibilizar Gerente de Relacionamento Comercial que tenha disponibilidade para reuniões presenciais e/ou remotas, que seja o contato para solução de problemas entre o Conselho e a administradora;

12.30 Atender imediatamente aos chamados efetuados pelo Conselho, decorrentes de problemas nas transações de cartões e/ou relacionados ao funcionamento dos equipamentos.

### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por funcionário indicado pelo CRA-RJ, cabendo ao funcionário designado, fazer o acompanhamento, a fiscalização do contrato e a atestação das faturas correspondentes aos serviços prestados, o que não exclui a fiscalização e supervisão do objeto licitado por parte do contratado;

14.2. A Contratada cabe manter preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, com o objetivo de sanar qualquer demanda da prestação dos serviços.

### 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A CONTRATADA ficará responsável pela integração da plataforma de e-commerce junto ao sistema de controle financeiro utilizado pela CONTRATANTE no prazo máximo de 20 dias corridos;

15.2 A prestação do serviço terá início somente após a o Sistema Financeiro utilizado pelo CRA-RJ estar devidamente integrado com a plataforma, com condições adequadas para efetivar, de forma automatizada, as transações de recebimento na modalidade de Cartão, as quais tramitarão pela CONTRATADA;

15.3 A execução dos serviços deverá ser iniciada após a conclusão da integração da plataforma e assinatura do Termo Contratual, emissão da Nota de Empenho e Ordem de Serviço;

15.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

15.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

15.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado

15.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se- como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

15.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

15.9 A CONTRATADA deverá adaptar-se ao Sistema Financeiro utilizado pelo CRA-RJ, qualquer que seja.

### 16. DA GARANTIA

16.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

16.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº 4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

16.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

16.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993 (art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

16.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

16.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

16.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica No Banco do Brasil, com correção monetária.

16.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

16.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.12. Será considerada extinta a garantia:

16.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

16.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

16.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

16.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

### 17. DAS FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

17.1. Balizando-se no art. 29 c/c I do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, trata-se de uma licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, por entender ser a mais adequada para a contratação deste objeto.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### 18. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

18.1. O valor total estimado para a prestação dos serviços de que trata esta contratação é de R\$ 432.810,00 (quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e dez reais), considerando o período de 12 (doze) meses de contratação.

### 19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Os recursos necessários para os dispêndios com os serviços correrão por conta da verba prevista no orçamento econômico-financeiro do CRA-RJ, na conta nº 6.2.2.1.1.01.08.02.002 (Despesas com Cobrança).

Responsável pela elaboração do Termo de referência.

**Adm. José Ricardo Silva**  
CRA-RJ nº 20-43799  
Gerente Financeiro

Ratificado e Autorizado por:  
**Adm. Adolpho da Silva Oliveira**  
CRA-RJ 20-17163  
Autoridade Competente













## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### 3) Extrato de Recebíveis Resumido:

(Possui 08 colunas)

Ouvidora  
0800 xxx xxxxx (todas as localidades)  
Atendimento de segunda a sexta, das 8h30  
às 17h30. Exceto Feriados Nacionais.

Central de Relacionamento  
xxxx xxxxx (todas as localidades)  
0800xxx xxxxx (exceto capitais)

Informações de acesso:  
Usuário: jose ricardo silva  
Estabelecimento: xxxxxxxxxx  
CPF/CNPJ: 27.907.518/0001-60  
Tipo de visualização: Raiz de CPF/CNPJ

#### Recebíveis Resumo

Filtros:  
Data de pagamento: 01/07/2024 à  
31/07/2024  
Estabelecimento: Todos  
estabelecimentos  
Visualizar por: Bandeira e Tipo de  
lançamento

Totalizador			
Quantidade de transações	Valor bruto	Taxa/tarifa	Valor líquido
13	R\$ 938.186,16 -R\$	35.965,97 R\$	902.220,19

Data de pagamento	Bandeira	Tipo de lançamento	Quantidade de transações	Valor bruto	Valor taxa/tarifa	Valor líquido	Agrupamento (Entradas/ Saídas)
01/07/2024	Visa	Venda crédito	8	R\$ 1.661,95 -R\$	45,85	1616,1	Entradas
01/07/2024	Visa	Venda parcelada	792	R\$ 70.526,49 -R\$	2.679,94	67846,55	Entradas
01/07/2024	Mastercard	Venda crédito	10	R\$ 2.533,99 -R\$	95,52	2438,47	Entradas
01/07/2024	Mastercard	Venda parcelada	693	R\$ 59.484,88 -R\$	2.320,79	57164,09	Entradas
01/07/2024	Elo	Venda parcelada	69	R\$ 6.496,31 -R\$	246,84	6249,47	Entradas
01/07/2024	Hipercard	Venda parcelada	2	R\$ 154,48 -R\$	5,87	148,61	Entradas
02/07/2024	Visa	Venda crédito	1	R\$ 577,17 -R\$	15,93	561,24	Entradas
02/07/2024	Visa	Venda parcelada	68	R\$ 6.404,85 -R\$	243,33	6161,52	Entradas
02/07/2024	Mastercard	Venda parcelada	150	R\$ 13.210,96 -R\$	513,82	12697,14	Entradas
02/07/2024	Elo	Venda parcelada	7	R\$ 1.318,63 -R\$	50,10	1268,53	Entradas
03/07/2024	Visa	Venda parcelada	101	R\$ 10.771,76 -R\$	409,21	10362,55	Entradas
03/07/2024	Mastercard	Venda parcelada	142	R\$ 12.084,83 -R\$	471,60	11613,23	Entradas
03/07/2024	Elo	Venda parcelada	13	R\$ 1.828,07 -R\$	69,45	1758,62	Entradas
04/07/2024	Visa	Venda crédito	1	R\$ 287,88 -R\$	7,95	279,93	Entradas
04/07/2024	Visa	Venda parcelada	81	R\$ 6.535,99 -R\$	248,35	6287,64	Entradas
04/07/2024	Mastercard	Venda crédito	2	R\$ 1.155,55 -R\$	43,56	1111,99	Entradas
04/07/2024	Mastercard	Venda parcelada	246	R\$ 22.800,05 -R\$	887,36	21912,69	Entradas
04/07/2024	Elo	Venda parcelada	6	R\$ 469,29 -R\$	17,83	451,46	Entradas
05/07/2024	Visa	Venda crédito	1	R\$ 200,58 -R\$	5,54	195,04	Entradas
05/07/2024	Visa	Venda parcelada	106	R\$ 9.973,59 -R\$	378,93	9594,66	Entradas
05/07/2024	Mastercard	Venda crédito	4	R\$ 915,00 -R\$	34,49	880,51	Entradas
05/07/2024	Mastercard	Venda parcelada	195	R\$ 16.117,19 -R\$	627,26	15489,93	Entradas
05/07/2024	Elo	Venda parcelada	9	R\$ 676,89 -R\$	25,73	651,16	Entradas
08/07/2024	Visa	Venda crédito	5	R\$ 1.036,95 -R\$	28,61	1008,34	Entradas

### 4) Extrato de Recebíveis Resumido para 12 meses:

(Possui 08 colunas)

Ouvidora  
0XXX XXX XXXX (todas as localidades)  
Atendimento de segunda a sexta, das 8h30 às  
17h30. Exceto Feriados Nacionais.

Central de Relacionamento  
XXXX XXXX (todas as localidades)  
XXXX XXX XXXX (exceto capitais)

Informações de acesso:  
Usuário: jose ricardo silva  
Estabelecimento: XXXXXXXXXX  
CPF/CNPJ: 27.907.518/0001-60  
Tipo de visualização: Raiz de CPF/CNPJ

#### Recebíveis Resumo

Filtros:  
Data de pagamento: 01/07/2024 à  
01/07/2025  
Estabelecimento: Todos  
estabelecimentos  
Visualizar por: Bandeira e Tipo de  
lançamento

Totalizador			
Quantidade de transações	Valor bruto	Taxa/tarifa	Valor líquido
13	R\$ 3.467.946,92 -R\$	133.091,20 R\$	3.334.855,72

Data de pagamento	Bandeira	Tipo de lançamento	Quantidade de transações	Valor bruto	Valor taxa/tarifa	Valor líquido	Agrupamento (Entradas/ Saídas)
01/07/2024	Visa	Venda crédito	8	R\$ 1.661,95 -R\$	45,85	1616,1	Entradas
01/07/2024	Visa	Venda parcelada	792	R\$ 70.526,49 -R\$	2.679,94	67846,55	Entradas
02/07/2024	Visa	Venda parcelada	68	R\$ 6.404,85 -R\$	243,33	6161,52	Entradas
02/07/2024	Mastercard	Venda parcelada	150	R\$ 13.210,96 -R\$	513,82	12697,14	Entradas
02/07/2024	Elo	Venda parcelada	7	R\$ 1.318,63 -R\$	50,10	1268,53	Entradas
03/07/2024	Visa	Venda parcelada	101	R\$ 10.771,76 -R\$	409,21	10362,55	Entradas
03/07/2024	Mastercard	Venda parcelada	142	R\$ 12.084,83 -R\$	471,60	11613,23	Entradas
03/07/2024	Elo	Venda parcelada	13	R\$ 1.828,07 -R\$	69,45	1758,62	Entradas
04/07/2024	Visa	Venda crédito	1	R\$ 287,88 -R\$	7,95	279,93	Entradas
04/07/2024	Visa	Venda parcelada	81	R\$ 6.535,99 -R\$	248,35	6287,64	Entradas
04/07/2024	Mastercard	Venda crédito	2	R\$ 1.155,55 -R\$	43,56	1111,99	Entradas
04/07/2024	Mastercard	Venda parcelada	246	R\$ 22.800,05 -R\$	887,36	21912,69	Entradas
24/12/2024	Visa	Venda parcelada	23	R\$ 2.360,50 -R\$	89,71	2270,79	Entradas
24/12/2024	Mastercard	Venda parcelada	103	R\$ 6.310,25 -R\$	243,90	6066,35	Entradas
24/12/2024	Elo	Venda parcelada	3	R\$ 167,83 -R\$	6,38	161,45	Entradas
26/12/2024	Visa	Venda parcelada	88	R\$ 6.308,84 -R\$	239,72	6069,12	Entradas
26/12/2024	Mastercard	Venda parcelada	207	R\$ 14.319,55 -R\$	553,37	13766,18	Entradas



DOCUMENTO ASSINADO POR ROBERTA CRISTINA SÁ MARTINS EM 04/10/2024 ÀS 10:44:26 DO HORÁRIO DE BRASÍLIA.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA, PARA VALIDAR ACESSE <http://sistemacra.rj.com.br/assinaturas/validarAssinatura/B1K282614> OU UTILIZE O QR CODE.

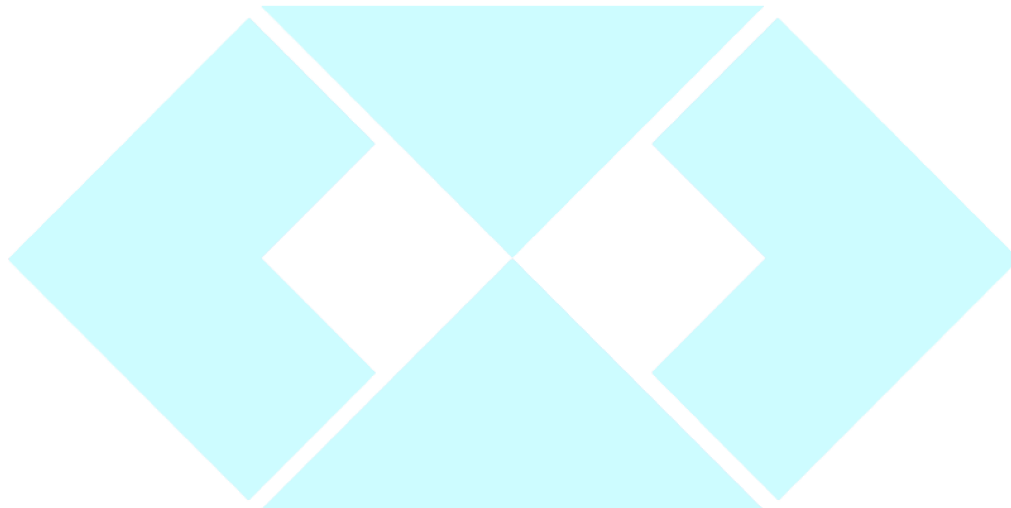


## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / **CRA-RJ**

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### **2º APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar**

Anexo disponibilizado em separado.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### ANEXO II AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

#### MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro – CRA-RJ

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e estabelecida no (a) \_\_\_\_\_, para o fornecimento de solução de intermediação de pagamento por meio eletrônico, que realize captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação de transações financeiras realizadas por meio de cartões de crédito, via web (e-commerce), de forma a disponibilizar aos profissionais e empresas registradas no Conselho Regional de Administração (CRA-RJ), alternativas de pagamento à vista ou em parcelas, das anuidades, multas, taxas e demais emolumentos, com a imediata regularização da sua situação no CRA-RJ, conforme especificações, condições, quantidades e estimativas constantes no Edital e seus Anexos da licitação informada no preâmbulo desta proposta.

Grupo	Item	Descrição	Valores de receitas/ arrecadações (estimados) 12 meses	Taxa de desconto/tarifa por transação máxima admitida	Valores Remuneração 12 meses
Único	1	Taxa de Administração para operação de crédito à vista	R\$ 1.400.000,00	%	R\$
	2	Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 2 a 6 vezes.	R\$ 9.300.000,00	%	R\$
	3	Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 7 a 12 vezes.	R\$ 3.300.000,00	%	R\$
Média ponderada referente às três "taxas de percentagem"				%	----
Valor Total Global***					R\$

\*\*\* preço a ser informado no Comprasnet para efeito de lances.

Importa a presente proposta em R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

#### Declaramos ainda:

- 1) que esta proposta é válida por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, a contar da data de encerramento da sessão pública.
- 2) que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

DADOS DA EMPRESA					
Razão Social:					
CNPJ (MF):					
Endereço:					
CEP:		Cidade:		Estado:	
Fone:		E-mail:			
Banco/Agência:		C/C:			
Responsável para assinatura do contrato					
Nome:					
Cargo:		Setor:			
Fone:		E-mail:			

Rio de Janeiro, xx de xxxxxxxx de 2024.

Assinatura do representante legal e carimbo

**(A proposta de preços deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa)**







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### ANEXO IV AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

#### MODELO DE TERMO DE CONTRATO

CPS Nº XXXX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024400499

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E..... NA FORMA ABAIXO:

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CRA-RJ, Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, ex vi da Lei Federal nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.907.518/0001-60, estabelecido na Rua Professor Gabizo, nº 197, nesta Capital, neste ato representado por seu Presidente, Adm. Wagner H. Siqueira, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) neste ato representado(a) por ....., conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 10/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de intermediação de pagamento por meio eletrônico, que realize captura, roteamento, transmissão, processamento, compensação e liquidação de transações financeiras realizadas por meio de cartões de crédito, via web (e-commerce), de forma a disponibilizar aos profissionais e empresas registradas no Conselho Regional de Administração (CRA-RJ), alternativas de pagamento à vista ou em parcelas, das anuidades, multas, taxas e demais emolumentos, com a imediata regularização da sua situação no CRA-RJ, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Quantitativo da contratação:

Item	Descrição
1	Taxa de Administração para operação de crédito à vista
2	Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 2 a 6 vezes.
3	Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 7 a 12 vezes.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....), de acordo com a estimativa de transações realizadas, durante a vigência do contrato, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Valores de receitas/ arrecadações (estimados) 12 meses	Taxa de desconto/tarifa por transação	Valores Remuneração 12 meses
1	Taxa de Administração para operação de crédito à vista	R\$ 1.400.000,00	%	R\$
2	Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 2 a 6 vezes.	R\$ 9.300.000,00	%	R\$





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

3	Taxa de Administração para operação de crédito parcelado de 7 a 12 vezes.	R\$ 3.300.000,00	%	R\$
Média ponderada referente às três "taxas de percentagem"			%	----
Valor Total				R\$

5.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Sem prejuízo as demais as obrigações previstas no Termo de Referência, são também obrigações do Contratante:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
  - a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
  - c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
  - d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - e) demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
  - f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 7.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Sem prejuízo as demais as obrigações previstas no Termo de Referência, são também obrigações do Contratante:



DOCUMENTO ASSINADO POR ROBERTA CRISTINA SÁ MARTINS EM 04/10/2024 ÀS 10:44:26 DO HORÁRIO DE BRASÍLIA.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA, PARA VALIDAR ACESSE <http://sistemacrarj.com.br/assinaturas/validarAssinatura/BlK282614> OU UTILIZE O QR CODE.



## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº 4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

8.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

8.1.3. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

8.1.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.8. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

### CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com as modalidades referentes aos Incisos I, II ou III, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº 4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

### iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 3% (três por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1,5% um por cento e cinco centésimos) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos) do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº 4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº 4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

11.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

11.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.9.2.1. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

11.9.2.2. O contratante poderá ainda:

a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).





## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / CRA-RJ

Autorarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº 4.769/65)

Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064

Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Despesas decorrentes da execução dos serviços correrão à conta dos créditos orçamentários do CRA-RJ no número da despesa 6.2.2.1.1.01.08.02.002 (Despesas com Cobrança).

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

15.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

15.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.







## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO / **CRA-RJ**

Autarquia Federal de fiscalização profissional (Lei nº4.769/65)  
Rua Professor Gabizo, 197, Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 20271-064  
Tel: 21-3872-9643 - E-mail: [licitacao@cra-rj.org.br](mailto:licitacao@cra-rj.org.br) - Site: [www.cra-rj.org.br](http://www.cra-rj.org.br)

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da cidade do Rio de Janeiro, RJ, com competência exclusiva da Justiça Federal e, expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pelo Contratante:

-[Assinado eletronicamente]-

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO – CRA-RJ**

Adm. Wagner Siqueira  
CRA-RJ nº 01-02903  
Presidente

Pela Contratada:

-[Assinado eletronicamente]-

**EMPRESA**

Nome – Cargo/Função

Testemunhas:

-[Assinado eletronicamente]-

**Adm. Marcelo Dias de Souza Lins**  
CPF: 106.570.847-51

Visto ASJUR CRA-RJ:

-[Vistado eletronicamente]-

**Marcelo Oliveira de Almeida**  
OAB/RJ 94.454

